



Of.NUACO/PGE nº 037811/2024/2024.01.035898.

Florianópolis, 18 de julho de 2024.

ASSUNTO PRINCIPAL: Improbidade Administrativa
AUTOS DO PROCESSO nº 0900023-59.2017.8.24.0040
PROCURADOR VINCULADO: Cláudio Zoch de Moura
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Senhor(a) Consultor(a),

Com meus cumprimentos, por determinação do Procurador do Estado acima mencionado, referente à ação judicial acima identificada, em decorrência da Sentença prolatada pela 2ª Vara Cível da Comarca de Laguna do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, nos termos do Ofício recebido fl. 28 dos autos internos – pasta digital – PGE.Net, **venho informar que foi julgada procedente em parte e transitada em julgado a Ação Civil de Improbidade Administrativa. Comunico, ainda, as seguintes sanções ao réu ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO, CPF 522.801.289-34, a partir da data de 26/02/2024:**

a) Condeno o requerido à perda da função pública que eventualmente ainda exerça, estabelecendo a quebra de seu vínculo com o Poder Público – em qualquer de suas esferas; [...]

e) Proíbo o réu de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Lodo deve ser a sentença integralmente cumprida, bem como, em oportunidade, requer o envio de **demais informações e documentos que entender úteis.**



Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

Kelly Juliana Candido

Estagiária

Ilmo(a) Senhor(a)

Coordenador da Assessoria Jurídica da

Secretaria de Estado da Administração – SEA

NESTA